

COMETIDAS PELAS FDS EM CABO DELGADO

Governo rejeita pedido da Amnistia Internacional para investigar suspeitas de violações de direitos humanos



Na quarta-feira, 9 de Setembro, a Amnistia Internacional defendeu que o Governo moçambicano deve desencadear uma investigação independente e imparcial às suspeitas de prática de tortura e outras graves violações de direitos humanos cometidas pelas Forças de Defesa e Segurança (FDS) em Cabo Delgado.

Segundo o comunicado da Amnistia Internacional, em causa estão fotos e vídeos que “mostram tentativas de decapitação, tortura

e outros maus-tratos de detidos, o desmembramento de alegados combatentes da oposição, possíveis execuções extrajudiciais e o transporte de um grande número de cadáveres até valas comuns”.

O documento destaca que os efectivos nos vídeos usam dois uniformes diferentes, nomeadamente o do Exército e outro da Unidade de Intervenção Rápida (UIR), e portam armas. O facto de falarem português e xichangana, uma língua do sul de Moçambique, e



de fazerem referência a confrontos recentes em Mocímboa da Praia, levam a Amnistia Internacional a considerar “altamente provável que tenham sido filmadas em Cabo Delgado ou perto, na primeira metade de 2020”.

Entretanto, a Amnistia Internacional faz notar que o “Crisis Evidence Lab” – o laboratório da organização responsável pela análise urgente de provas, não conseguiu precisar a localização geográfica da filmagem dos cinco vídeos. Ainda assim, a organização lamenta que a crueldade indescritível exibida nos vídeos não tem lugar em nenhuma sociedade ou Estado de Direito que preze os direitos humanos, por isso defende que “o Governo de Moçambique tem a obrigação de iniciar imediatamente uma investigação independente e imparcial para trazer os responsáveis perante a justiça”.

Um dia depois, o Governo reagiu à exigência da Amnistia Internacional, recusando qualquer investigação às suspeitas levantadas. No comunicado lido pelo porta-voz do Ministério da Defesa Nacional (MDN), o Governo afirma que o pedido põe em causa uma das nobres missões das FDS “consagradas na Lei da Política de Defesa e Segurança, que é

salvaguardar a segurança dos cidadãos bem como a protecção dos seus bens”. E mais: o Governo critica a Amnistia Internacional alegadamente por fazer “uma abordagem baseada em vídeos e fotografias, sem ter em conta a natureza da propaganda dissimulada e reducionista do grupo terrorista que actua em Cabo Delgado e que visa denigrir a imagem das FDS”.

Quanto ao fardamento das FDS que aparece nos vídeos analisados pela Amnistia Internacional, as autoridades dizem que “uma das táticas usadas pelos terroristas nas suas macabras incursões contra a população é fazerem-se passar por elementos das FDS, numa tentativa velada de confundir a opinião pública nacional e internacional”. Além de recusar uma investigação independente e imparcial, o Governo critica a Amnistia Internacional, afirmando que a organização nunca se pronunciou sobre os ataques terroristas.

“Considerando a visão da Amnistia Internacional de que todas as pessoas devem usufruir de todos os direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o seu silêncio em relação à barbárie que desde 2017 assola a província de Cabo Delgado

ocasionou estranheza às FDS e ao povo moçambicano. O facto de não se ter pronunciado, por exemplo, sobre o massacre de Xitaxi onde foram assassinados mais de 50 jovens que se recusaram juntar aos terroristas”, diz o Governo, esquecendo que a Amnistia Internacional apenas interage e interpela entidades oficiais e não grupos terroristas.

Apesar de recusar a exigência da Amnistia Internacional, o Governo reafirma o compromisso das FDS de defender e proteger os direitos humanos e a sua abertura em cooperar com todas as forças vivas da sociedade na busca da verdade, “bem como para analisar todos os testemunhos, queixas, documentos ou alegações que lhes cheguem de boa-fé para sere objecto de investigação e responsabilização nos termos da lei”. O Governo fez questão de lembrar que a República de Moçambique é signatário e parte dos principais pactos internacionais de defesa dos direitos humanos, com enfoque para a Convenção das Nações Unidas contra Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

Esta não é a primeira vez em que a actuação das FDS em Cabo Delgado é alvo de críticas. Além de denúncias da imprensa, em Abril último, 17 organizações da sociedade civil,

entre nacionais e internacionais, escreveram uma carta ao Presidente da República, Filipe Nyusi, na qual expressam a sua preocupação com o aumento da violência policial contra civis indefesos em Cabo Delgado, cuja autoria é atribuída a membros da Unidade de Intervenção Rápida (UIR) e do Grupo de Operações Especiais (GOE). As organizações denunciam ainda o “assédio e intimidação” a grupos da sociedade civil e a jornalistas que trabalham naquela província assolada por ataques terroristas desde Outubro de 2017. As 17 organizações da sociedade civil signatárias da carta enviada ao Presidente da República são: Africans Rising; Amnesty International; Associação Dos Jornalistas De Cabo Verde – AJOC; Centro Democracia e Desenvolvimento (CDD); CIVICUS; Committee to Protect Journalists (CPJ); Friends of Angola; Federação de Jornalistas de Língua Portuguesa – FJLP; Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ, Brasil; International Press Institute (IPI); Media Institute of Southern Africa (MISA); OMUNGA; Reporters Without Borders (RSF); Solidariedade Moçambique (SOLDMOZ-ADS); Southern African Human Rights Defenders Network; Southern Africa Litigation Centre (SALC); e The African Editors’ Forum (TAEF).

Moçambique assinala cinco meses do desaparecimento do jornalista Ibraimo Mbaruco e do massacre dos “mártires de Xitaxi”

Dois dias antes da Amnistia Internacional pedir uma investigação independente e imparcial às suspeitas de violações de direitos humanos em Cabo Delgado, familiares, amigos, jornalistas, activistas e defensores dos direitos humanos assinalavam, com tristeza, a passagem de cinco meses do desaparecimento forçado de Ibraimo Mbaruco, jornalista da Rádio Comunitária de Palma, cuja última comunicação foi uma mensagem enviada a um colega, às 19h00 do dia 7 de Abril de 2020, informando-o que ele estava cercado por militares.

Desde então, a família desconhece o seu paradeiro e as autoridades policiais simplesmente afirmaram que não tinham registo da



detenção do jornalista. O desaparecimento de Ibraimo Mbaruco aumentou o sentimento de medo entre os colaboradores da Rádio Comunitária de Palma e todos os jornalistas baseados em Cabo Delgado, situação que reduziu o fluxo de informação sobre os ataques terroristas, a violação dos direitos humanos e a crise humanitária.

O caso de Mbaruco tem semelhanças com o de Amade Abubacar, jornalista da Rádio Comunitária Nacedje, de Macomia, que foi detido em Janeiro de 2019 por elementos das FDS quando fotografava os deslocados que chegavam à vila de Macomia fugindo dos ataques terroristas nas aldeias costeiras. De Macomia, Amade Abubacar foi levado para o Quartel Militar de Mueda onde permaneceu em regime de isolamento durante 13 dias, mais tarde foi entregue ao Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) de Mueda, depois foi devolvido para a cadeia civil de Macomia e de lá foi levado para o Centro Penitenciário Aberto de Mizeze, a menos de 50 quilómetros de Pemba, capital de Cabo Delgado.

O jornalista passou duas semanas sem poder contactar a família e foi liberto 108 dias depois, na sequência da pressão exercida pela imprensa e por organizações da sociedade civil. Até hoje ele aguarda pelo julgamento, após ter recorrido do despacho de pronúncia do Tribunal Judicial da Província de Cabo Delgado.

Já no dia 8 de Setembro, passaram exactamente cinco meses após o assassinato de 52 jovens na aldeia de Xitaxi, Distrito de Muidumbe, em Cabo Delgado. Os “mártires de Xitaxi”, como são denominadas as vítimas

do massacre, foram executados por terroristas após se terem recusado integrar as suas fileiras.

Doze dias depois da ocorrência, isto é, no dia 20 de Abril, o Comando-geral da Polícia quebrou o silêncio e anunciou a morte de 52 jovens na aldeia de Xitaxi, classificando a ocorrência como uma “acção bárbara do terrorismo” que assola os distritos do centro e norte de Cabo Delgado.

Uma semana depois do anúncio do Comando-geral da Polícia, era a vez do Ministério da Defesa Nacional (MDN) de fazer uma declaração à imprensa na qual reforçava a informação sobre o massacre de Xitaxi. Na ocasião, o Governo anunciou que as FDS iriam partilhar com os moçambicanos as circunstâncias em que os 52 jovens foram massacrados por grupos terroristas. “Para melhor perceberem as circunstâncias em que este bárbaro massacre aconteceu, as Forças de Defesa e Segurança destacaram uma equipa de especialistas que se encontra no terreno a fazer a avaliação e a produzir um relatório para os moçambicanos e o mundo inteiro entenderem a ocorrência de Xitaxi”.

Entretanto, quatro meses depois da promessa, as FDS ainda não apresentaram nenhum relatório sobre as circunstâncias em que ocorreu o massacre e nem sequer avançaram informação sobre o estágio do trabalho de especialistas. O massacre de Xitaxi, incluindo outras violações dos direitos humanos no contexto da luta contra o terrorismo, como o desaparecimento forçado de jornalistas e detenções extrajudiciais, não podem ser apagados da memória colectiva, pois representam uma das fases mais críticas da história recente de Moçambique.



POLÍTICA E LIDERANÇA NO FEMININO

SEXTA-FEIRA (11.09.2020)

14:00

LIVE

CDD_Moz
CDD_Juventude
CDD_YouthOnlineTV

CONVERSA COM
JOSINA Z. MACHEL



JOSINA Z. MACHEL
ACTIVISTA SOCIAL



MAGDA MENDONÇA
APRESENTADORA



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

